

## RESENHAS

**BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento II: da Enciclopédia à Wikipédia*. Trad. Denise Bottman. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.**

Peter Burke apresenta nesta obra uma vasta contribuição sobre a história do conhecimento no Ocidente a partir de 1750 até nossos dias, ou como ele designa, da Enciclopédia (1751-66) à Wikipédia (2001). De forma muito clara e com bastante desenvoltura, o autor transita por diferentes áreas buscando responder à sua curiosidade sobre "por quais caminhos chegamos ao nosso estado atual de conhecimento coletivo? (p.9)". Para tanto, ele apresenta um quadro panorâmico sobre o período estudado, dando, de certo modo, sequência à sua obra anterior "Uma história social do conhecimento I: de Gutemberg a Diderot". Cabe lembrar que esta obra pode ser lida separadamente ou como sequência da primeira, como o próprio autor ressalta.

Em discussão sobre o título da obra, percebemos que o uso do termo *social* é acrescentado à história do conhecimento como forma de diferenciar seu estudo de uma história intelectual geral, buscando apresentar vários papéis sociais de indivíduos instruídos, bem como de abordar os processos pelos quais o conhecimento é institucionalizado. Burke já avisa ao leitor que sua obra dá prioridade às questões mais externas em detrimento dos problemas intelectuais, como por exemplo, sobre os ambientes institucionais e não sobre as próprias teorias, remontando à tradição da sociologia do conhecimento. Por outro lado o termo conhecimento, mais precisamente conhecimento acadêmico é tratado na obra a partir da discussão sobre como chegamos ao que se tem chamado de excesso de informação, bem como ao processo de interação entre diversos

conhecimentos. O autor lança mão de uma metáfora de Claude Levi-Strauss para discutir a relação entre conhecimento e informação, onde "poderíamos pensar na informação como o cru, enquanto o conhecimento seria o cozido" (p. 14), ou no sentido de que a informação apresenta dados menos "processados", enquanto que conhecimento passa por várias etapas de cozimento/processamento, como verificação, crítica, mediação, comparação e sistematização.

A primeira parte da obra se dedica às *práticas do conhecimento*, ou como os diferentes grupos colhem, analisam, disseminam e empregam conhecimentos. As grandes explorações no período estudado fazem parte de uma segunda era de explorações (a primeira iniciou com Vasco da Gama e Cristóvão Colombo) na qual a especialização dos exploradores possibilitou as chamadas expedições científicas. O explorador, nas palavras de John Hemming, é aquele que "avança além do mundo conhecido e de sua sociedade, descobre o que há por lá e volta para descrevê-lo ao seu povo" (p. 23). Tais explorações avançaram no conhecimento do mundo natural, na terra e no mar, e também sobre as diferentes culturas. Não se tratava apenas de descrever o que viu, como destacou Hemming, tais expedições trouxeram com elas grande acumulação de espécimes (naturais, artefatos, arquivos, etc.) que fazem parte dos acervos de bibliotecas e museus da Europa e Estados Unidos. Como exemplo, o museu do Louvre que está repleto de obras de arte oriundas dos países invadidos por Napoleão. Há ainda uma terceira de expedição que corresponde à exploração do espaço.

Esta era de conhecimento que abrange metáforas como colher, coletar, faz parte do processo histórico dessas grandes explorações, acompanhadas pelas etapas de observação dos fenômenos e das culturas (método este que foi objeto de aprimoramento neste período, através da elaboração de recursos auxiliares, bem como da consciência de seus

próprios problemas), levantamentos (geográficos, etnográficos, botânicos, arqueológicos, sociais, como os censos, etc.), experimentação, bem como a aquisição, pilhagem e consulta a informantes locais. Estes processos correspondem a fazer pesquisa, termo este que, no período estudado, passou a fazer cada vez mais parte do vocabulário da época, especialmente em títulos de livros, que cuidavam de investigações nos mais variados campos acadêmicos. Esta parte da obra reconstrói os caminhos do desenvolvimento dos métodos de pesquisa, como a observação, entrevistas, questionários, tão presentes em nossa prática de pesquisa, explicitando as razões para as quais eles foram pensados, ou seja, a partir da necessidade de se organizar/analisar/os conhecimentos coletados. A etapa do registro também é tratada, destacando a importância das imagens, da elaboração de mapas, notas, arquivos, buscando traduzir em palavras o que os exploradores haviam visto.

A análise ultrapassa a descrição, supondo uma etapa de explicação, que segundo Burke "pode-se dizer que é o processo que converte informação relativamente crua em conhecimento efetivo" (p. 68). Tal etapa compreende inúmeros processos dentre eles a classificação, codificação, datação, mensuração, teste, narração e teorização, que são discutidos em detalhes pelo autor apontando as descobertas tecnológicas e científicas, bem como a criação de inúmeras áreas de estudos, que surgiram a partir da necessidade de desenvolvimento de cada um desses processos.

A etapa de disseminação de conhecimentos desponta como solução para o problema do "conhecimento disperso". Porém ela aponta para um primeiro problema que é a questão de comunicar para quem, ou, será o conhecimento é para todos? Um segundo problema é sobre o entendimento do processo de disseminação como mera transmissão e, por fim, a visão simplista de disseminação como um processo de substituição de um meio de

comunicação por outro mais novo, como o jornal pela internet, esquecendo que como no caso do rádio e da televisão, ambos podem coexistir. A disseminação na história social do conhecimento originou diversas práticas acadêmicas como as palestras, seminários de pesquisa, congressos internacionais, sempre visando atender a um público mais amplo. É com esta preocupação que são criadas as exposições nos museus, que abertas ao público, gerou diferentes críticas e estratégias de difusão do conhecimento, como por exemplo, elaborar maquetes em tamanhos naturais de modo que o visitante pudesse ver o conjunto do espaço de uma aldeia. A imprensa periódica é outro fruto desta preocupação em disseminar o conhecimento, bem como a criação de livros curtos de diferentes assuntos, em estilo simples. As instituições de educação à distância também são exemplos desta necessidade de disseminar o conhecimento entre o maior número possível de pessoas.

Outra discussão trata do emprego do conhecimento e suscita a questão sobre o conhecimento útil ou aplicado em oposição à ciência pura ou de base, ou ainda, ao fazer pesquisa para a obtenção de algum resultado prático, questão esta bastante divulgada em empresas e governos que financiam pesquisas. Como exemplo dessas atividades, temos os conhecimentos relacionados às práticas sociais, largamente utilizados para a promoção de políticas de bem estar nacional dos Estados. O conhecimento útil, porém, é considerado por muitos intelectuais como inferior à pesquisa de base por estar vinculado a questões políticas e econômicas, com o argumento de que a pesquisa não precisa ter necessariamente um resultado prático. As universidades, especialmente as norte-americanas, tidas como o lugar da pesquisa de base e que abrigavam profissões tradicionais/vocacionais, acabaram se abrindo para os estudos profissionais como engenharia, contabilidade, etc., cursos estes tidos como práticos. Com

a preocupação de empregar o conhecimento surgiram os institutos (think tanks) dedicados a pesquisas sobre assuntos atuais, por vezes ligados ao comércio. Neste sentido, há ainda o processo de convergência de universidades ao modelo de grandes empresas, visando a lucratividade.

A segunda parte da obra apresenta *o preço do progresso* no qual a perda e a divisão do conhecimento tomam lugar. O conhecimento está inserido em um processo político de perdas, ganhos, contradições, negações, exclusões. A perda de conhecimento pode acontecer de modo acidental, deliberada ou os dois. Exemplo dessas perdas são as tradições orais, que em determinado momento podem não ser consideradas úteis, considerados conhecimentos tácitos que estão armazenados em um indivíduo ou um pequeno grupo. Outros exemplos são a censura, realizada pela igreja ou governos ditatoriais, ou mesmo o extravio gerado pelo excesso de informações. Há ainda o caso do descarte de informações por meio de uma "crença mais ou menos ingênua no progresso, como se as ideias mais recentes fossem sempre as melhores" (p. 191), como no caso das atualizações de enciclopédias ou mesmo das bibliotecas que descartam obras para abrir espaço para as novas.

Já a divisão do conhecimento através da especialização cada vez maior põe fim à condição do polímata, ou seja, o indivíduo que conhece e dialoga com muitas ciências. "A especialização permite que a humanidade como um todo conheça mais do que antes e que cada indivíduo receba uma responsabilidade pequena e limitada" (p. 203). Por outro lado, "essa tendência estreita o intelecto e dificulta cada vez mais uma visão do conjunto da própria disciplina, para não falar do grande quadro geral do conhecimento humano" (*idem*). O que favoreceu a especialização e criação das disciplinas foi, de acordo com o autor, a criação de sociedades ou associações voluntárias, bem como através de publicações em periódicos

também especializados e dos congressos internacionais. O passo seguinte seria a criação de uma cátedra numa faculdade, um seminário (voltado à formação profissional de estudantes de pós-graduação) e posteriormente um departamento ou instituto. Este processo, iniciado nas universidades alemãs, seguido pelos Estados Unidos, logo foi seguido por outros países. Ironicamente, esta divisão promove fusão em alguns campos disciplinares, como no caso da bioquímica, o que gerou de modo não pretendido, certa interdisciplinaridade entre os conhecimentos.

Por fim, na terceira parte da obra, o autor apresenta sua visão de *história social em três dimensões*, as das geografias, das sociologias e das cronologias. A importância da descoberta do espaço trouxe uma perspectiva sobre o conhecimento de modo que este, além de ser situado na sociedade e no tempo, também o era no espaço. A luta por espaço físico na universidade revela uma luta entre os próprios espaços do conhecimento. Exemplo disso é o fato de determinadas áreas receberem mais investimento de infraestrutura que outras, como normalmente ocorre na área de educação em muitas instituições. Outra questão é que determinada cidade pode favorecer o desenvolvimento de uma disciplina mais que outras, como foi o caso da sociologia na Universidade de Chicago, cujos interesses de estudo, quando da criação da Escola de Chicago, estavam ligados aos da prefeitura. Nesta perspectiva da geografia, os conhecimentos da nação são enfatizados como caminho para sua própria construção. O próprio conceito de centro/periferia tem importante lugar quando se pensa em investimentos, incentivo e a própria divulgação de pesquisas, estando aqueles na periferia acadêmica normalmente com condições inferiores para o trabalho de pesquisa. Exemplos disso são as pesquisas/universidades em nosso país, mais desenvolvidas e concentradas na região sudeste, particularmente nos polos econômicos.

Ao tratar sobre as sociologias do conhecimento, o autor volta-se para as instituições, como as grandes empresas financiadoras de pesquisa e o Estado, apontando para a impossibilidade de "separar a economia e a política do conhecimento." O autor também ressalta a pressão sofrida por muitos estudiosos para trabalharem com determinados temas em detrimento de outros, que sem dúvida recebem menos financiamento. Neste ínterim, Burke também traz um panorama sobre os variados trabalhadores do conhecimento que trouxeram grandes contribuições para sua história, como os estudiosos amadores, o clero, os médicos, militares, diplomatas, intelectuais e tantos outros como as mulheres, que precisaram buscar o seu lugar, e para tanto, tendo muitas vezes o crédito de seu trabalho atribuído aos homens. É neste contexto que surgem as grandes escolas de pensamento e inovações acadêmicas nas universidades.

Por fim o autor trabalha com a perspectiva das cronologias do conhecimento, destacando os diferentes pontos de vista dos acontecimentos que refletem nas trajetórias das disciplinas, da tecnologia, bem como das instituições e da própria sociedade, fazendo que estas se modifiquem em uma velocidade diferente. Para o autor, "o que mais demora a modificar são as mentalidades e as práticas, ilustrando a presença do passado no mundo do presente" (310). Burke discute aqui a explosão do conhecimento, seja pela ampliação da rede de divulgação, seja pelo maior número de estudiosos, que gera uma tendência de "padronização (...) ou, pelo menos, das maneiras de coletar, analisar, testar e disseminar os conhecimentos" (p. 313). Nesta parte do livro o autor traz discussões anteriores numa perspectiva mais cronológica, destacando os principais acontecimentos de cada época, bem como as atuais tendências, como a democratização do conhecimento, que exige, de certo modo, sua gestão.

Exemplo maior dessa democratização é a Wikipédia, que trouxe com ela problemas de interferência ou vandalismo por um lado, mas também a reflexividade por outro, onde há uma "constante revisão de práticas sociais à luz do conhecimento sobre estas práticas" (343). Tal 'reflexividade', a partir da sociologia (reflexiva) de Pierre Bourdieu, é característica de nossa época e permite a nós estudiosos buscarmos "perceber melhor a influência de suas [nossas] posições sociais sobre a maneira de interpretar a sociedade" (*idem*).

Peter Burke demonstra grande erudição ao tratar dos fatos e sempre de modo bastante claro e objetivo, apresentando inúmeras referências que poderão ser buscadas para maior aprofundamento sobre os assuntos tratados. O livro consta também de um índice remissivo que, em razão da amplitude dos assuntos abordados na obra, contribui bastante na consulta de temáticas/autores/lugares específicos. "Uma história social do conhecimento II: da Enciclopédia à Wikipédia" é uma obra enciclopédica que apresenta um grande panorama sobre a história do conhecimento. Embora o autor indique que seu foco se concentre na Europa e Américas, ele informa que buscará trazer as contribuições do Egito, China e Japão. Porém, esses últimos, e mesmo as Américas, estão em escala muito inferior de discussão que a Europa. Vale ressaltar, no entanto, como o próprio autor menciona, que a obra não teve nenhuma pretensão de cobrir todo o terreno de seu vasto tema.

Todo o processo que nestas poucas páginas aqui tentou ser apresentado é tratado na obra com exemplos, nomes de pessoas e de instituições que em muito contribuíram com nossa história do conhecimento. Burke afirma ser impossível em quatro ensaios dar conta de tudo, reconhecendo o seu lugar de observador/relator dessa história. De igual modo é impossível em uma resenha dar conta de transmitir a você, leitor,



toda a dimensão do livro. Meu objetivo, porém, é incentivar a leitura desta tão importante e recente obra (publicada no original também em 2012), que trata da academia, seus processos, atores e instituições, como da especialização dos campos de conhecimentos, sobre as disputas entre os pesquisadores de campo e os de gabinete, sobre o início dos trabalhos de equipe, publicações, enfim sobre a vida acadêmica. Por tal motivo sua leitura configura-se como fundamental para todos que são/estão se tornando pesquisadores.

Priscila Andrade Magalhães Rodrigues

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio

**MARTINS, Susana da Cruz. *Escola e estudantes da Europa. Estruturas, recursos e políticas de educação*. Lisboa: Mundos Sociais, 2012.**

Este livro corresponde a uma versão mais curta da tese de doutoramento em Sociologia defendida pela autora no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa do Instituto Universitário de Lisboa, onde também é docente.

E é justamente da experiência anterior da autora de participação, no centro de investigação CIES-ISCTE, em variados projetos de pesquisa nacionais e de colaboração europeia que têm tido a escola, o ensino superior e a formação como temática central de análise, que nasce a questão de partida para este estudo. Pretende-se com ele contribuir para decifrar "quais as razões para que a escolarização aconteça de forma tão variável em contextos internacionalmente alargados, como o da União Europeia (...)" (p.2). Nesse sentido, a autora propõe-se aprofundar as dimensões e os elementos envolvidos em tal processo diferencial de escolarização. Para tal elabora, em termos teórico-conceituais, um modelo de análise que articula, por um lado, um eixo interpretativo da estrutura socioeducacional na União Europeia (envolvendo as vertentes da estrutura relacional e das estruturas institucionais dos sistemas escolares europeus) e, por outro, um mapeamento de recursos e condições sociais observados nos vários contextos territoriais (incluindo neles a identificação dos vários tipos de Estado Social com eles relacionados; a caracterização dos recursos instalados nas escolas; e a eventual relação entre origens sociais e familiares e os percursos escolares dos alunos).

Coerentemente com o objeto de estudo selecionado e com o modelo teórico conceptual construído, a autora privilegia uma abordagem macroscópica assente essencialmente em uma metodologia de tipo

quantitativo/extensivo, recorrendo quer a fontes secundárias de informação (estatísticas oficiais disponibilizadas por instituições internacionais de produção estatística como o Eurostat, OCDE e outros; resultados de estudos comparativos em colaboração com redes de pesquisa internacionais), quer a fontes documentais de tipo institucional (análise de relatórios/documentos incidindo sobre política educativa).

O desenvolvimento analítico-substantivo deste estudo decorre, assim, segundo eixos que procedem do modelo analítico produzido. Num primeiro momento, a autora pretende desenhar o pano de fundo (estrutural) em que se inscrevem os variáveis modelos da escolarização que coabitam no espaço europeu, apurando padrões de escolarização e recomposições socioeducacionais nesse espaço. Desdobrando a análise em dois momentos - a que incide primeiro sobre os 15 países da Europa Ocidental que estão no núcleo central da formação da União Europeia e, depois, sobre os 12 países que integram o recente alargamento da União, genericamente países da Europa de Leste - Susana da Cruz Martins chega à identificação, para cada grupo, de quatro grandes padrões de escolaridade europeus relativamente contrastantes. No caso da UE15, bem como da UE12, evidenciam-se os países que integram aquilo que a autora denomina como "padrão de topo", o "padrão de consolidação", o "padrão de correção" e o "padrão de correção incerta".

Seguidamente, fazendo recurso a uma análise mais institucional, a autora aprofunda tais modelos não perdendo de vista, também, a inventariação dos modos de governação presentes nos vários sistemas educativos. As questões do financiamento e recursos alocados pelos vários estados membros da UE para o funcionamento dos seus sistemas de ensino é igualmente matéria de análise comparativa. Por último, a autora desemboca

na questão das eventuais relações entre a observância de desigualdades sociais nos sistemas de ensino e a produção de desigualdades escolares.

No final deste longo périplo, o capítulo conclusivo sistematiza as principais tendências resultantes desta análise comparativa e levanta pistas para pesquisa futura. Por um lado, e fruto da análise de clusters também efetuada aos países UE15, com base numa alargada bateria de indicadores associada às dimensões selecionadas - "escolaridades adquiridas da população 25-34 anos", "indicadores de caracterização dos sistemas de ensino", "indicadores sobre o apoio público (Estado)", "indicadores de caracterização das escolas" e "indicadores de caracterização socioeducacional das famílias" - sobressaem quatro perfis relativamente diferenciados que vão, desde os sistemas educativos fortemente e extensamente implantados, embora com propriedades e processos distintos (os "sistemas de ensino qualificados" e os "sistemas de ensino atuantes"), até aos sistemas escolares que apresentam fragilidades variáveis ("sistemas de ensino em contenção") ou mesmo que revelam dificuldades em se universalizarem até níveis elevados ("sistemas de ensino em esforço", onde se incluiriam Portugal e Espanha). Embora recorrendo a uma bateria de indicadores mais reduzida, a autora procede a idêntica análise de clusters para os países de recente adesão (UE12), que evidencia também quatro grupos relativamente contrastantes de perfis escolares, embora dois deles sejam apenas compostos por um país cada.

Da análise comparativa realizada sobressaem protagonistas comuns aos processos de escolarização observados: são os jovens e as mulheres que, através do investimento continuado e consistente na sua formação, mais dinamizam o reforço dos sistemas escolares no espaço europeu.

Mas do exercício comparativo decorre também a evidência de uma Europa que, apesar de apostar politicamente na educação e formação como

fator crucial na pretensão de se transformar em uma economia do conhecimento de referência, está longe de ser uma paisagem educativa plana e homogênea; pelo contrário, o desígnio do aumento da sua escolarização tem ocorrido a ritmos bem diversos e em sentidos por vezes contrastantes. Como afirma a autora, "a maioria dos países europeus tem progredido de forma contínua e acelerada, mas alguns têm moderado essa dinâmica e outros começam a retroceder nos patamares anteriormente alcançados (processos com alguma visibilidade em alguns países do Leste Europeu)" (p.199). Neste complexo jogo de construção de uma Europa educativa comum, os padrões de institucionalização e financiamento dos sistemas escolares revelam-se, no conturbado presente e no incerto futuro, uma dimensão fulcral a acompanhar.

Esta obra constitui um texto de referência para quem pretende conhecer e aprofundar em detalhe os contornos da paisagem educativa europeia e descortinar tendências e caminhos possíveis de evolução futura. Adicionalmente, apresenta-se como um importante exemplo de reflexividade sobre o sempre complexo exercício teórico-metodológico envolvendo a análise comparativa. Por estes motivos - e outros, que deixamos ao leitor descobrir - a obra de Susana da Cruz Martins que aqui se apresenta é de leitura obrigatória.

Maria Manuel Vieira

**PAIM, Antonio. *Marxismo e Descendência*. São Paulo, Vide Editorial: 2011.**

Este é um livro que realiza uma análise original, densa e pedagogicamente bem direcionada ao público acadêmico a que se destina. Todo o conteúdo é trabalhado de forma a procurar o distanciamento necessário a todos os que se dedicam ao estudo das Ciências Sociais, mormente quando o assunto tratado mobiliza opiniões, paixões e teorias tal como ocorre nas áreas relativas à Política como um todo. Nesse sentido, há que lembrar o fato de que em matéria de Ciência e Filosofia, a constatação de que alguma teoria, qualquer que seja, merece ser submetida ao crivo da investigação lógica, da crítica conceitual e da análise dos argumentos centrais, longe de contribuir para um desmerecimento de tal teoria, demonstra o fato de que se trata de uma teoria genuinamente científica e não um conhecimento religioso/teológico ou do âmbito do chamado senso comum. Com base nesta compreensão, cabe indicar que o referido livro compõe uma análise científica operada a partir do viés da Teoria Social Weberiana, e que discute os elementos centrais da formulação de Marx, bem como seus antecedentes históricos e seus desdobramentos futuros (como os estudos de Gramsci e o agrupamento de estudos e autores que se convencionou denominar de Teoria Crítica).

Trata-se de uma obra polêmica, especialmente quando consideramos a predominância do Marxismo e das teorias que lhe são subsequentes enquanto fontes de conceitos, visões de mundo e estruturas argumentativas do campo intelectual brasileiro. Para além das controvérsias e discussões apresentadas na obra é importante destacar o potencial pedagógico da mesma, no sentido de empreender uma síntese comentada e bem

fundamentada em nível teórico (há uma extensa bibliografia consultada pelo autor que é colocada à disposição dos leitores) do que vem a ser uma genealogia do Marxismo. Adiante veremos sintetizados os pontos principais de cada parte deste livro, bem como, ao final, será apresentada uma apreciação crítica da obra.

No capítulo I, o autor analisa os pontos centrais da Doutrina Marxista em relação ao Estado. Explora as vertentes filosóficas comparáveis, indo desde o pensamento de Maquiavel até os chamados "socialistas utópicos", explorando exaustivamente a análise do pensamento político deste grupo em suas convergências e divergências no que toca a esta doutrina. Isto é feito a partir da análise detalhada de três pontos cruciais (não explicitados no texto, mas subjacentes à escrita deste capítulo) relativos à Teoria do Estado de Karl Marx: a) Os Fundamentos do Materialismo Histórico e sua Teleologia Histórica; b) Elementos das três etapas da Teoria do Estado Marxista (em diálogo com intelectuais de sua época); c) O Estado Socialista e a Revolução de 1917.

No que diz respeito aos Fundamentos do Materialismo Histórico e a Teleologia Histórica que lhe é correlata, o autor destaca a visão "faseológica" de Karl Marx, a qual pressupõe três estágios de desenvolvimento da sociedade: Capitalista, Socialista e Comunista. No estágio Capitalista haveria a luta de classes entre burgueses e proletários, com a inexorável vitória destes. No estágio Socialista haveria a instauração e consolidação de uma ditadura do proletariado, enquanto que no estágio Comunista seriam eliminadas as classes, o Estado e as relações antagônicas de produção. Ainda a respeito da teleologia histórica e dos elementos destas três etapas, o autor 'tensiona' uma contradição da Doutrina Marxista: após a instauração da Ditadura do Proletariado, Marx não indica como seria a transição para o Estágio Comunista.

Em relação às manifestações concretas da Teoria do Estado Marxista, Antonio Paim utiliza como exemplo a Revolução Russa de 1917, na qual segundo o autor, teria havido uma interpretação do Socialismo, que seguiu os passos da luta de classes e da instauração da ditadura do proletariado. Nesta revolução o autor explora as dissidências internas entre os revolucionários russos. Chama a atenção para o caráter totalizante do então recém-constituído Estado Soviético e compara com os passos da revolução presentes principalmente no Manifesto Comunista. A esse respeito, sinaliza ainda a influência do caráter patrimonial do Estado Russo, o qual viria a ser solo fértil para a instalação e consolidação do Socialismo Soviético, que viria a se instalar com Lenin e se consolidaria em seu viés mais autoritário sob o governo Stalin.

Na parte II, o autor relembra um fato hoje pouco comentado em diversos espaços: o Comunismo não foi criado por Marx, mas antes, seria fruto de um pensamento político originário no século 18 com a Revolução Francesa e que à época de Marx possuía diversas vertentes. Nesse sentido, procura detalhar os impactos reais e concretos da experiência denominada Comuna de Paris, e para tanto colige documentos históricos que demonstram ter sido esta experiência de alcance mais limitado do que a historiografia que outros autores marxistas viriam a relatar. É trazida à baila no livro a afinidade de pensamento entre Marx e Hegel, especialmente no que se refere à questão da mutabilidade da instância concreta e o caráter flexível e mutável da verdade histórica, substituída em essência pela veracidade histórica dos grupos particulares (historicidade). É demonstrado o ponto de inflexão e de ruptura com Hegel, especialmente no que tange à noção de classes sociais, já que Hegel concebia as classes de indivíduos como elementos genéricos, organizadores de uma possível tipologia social,



enquanto que para Marx as classes seriam dois grupos antagônicos cujo conflito seria o vetor de mudanças inexoráveis da sociedade.

A respeito desta polêmica, Paim relembra os embates com outros Comunistas (e Socialistas) como Saint-Simon, Fourier, Proudhon e La Salle. Investiga com minúcias as diferenças entre a proposta de organização social de La Salle, que pressupunha uma espécie de luta pela melhoria das condições de trabalho dos proletários, inserida, porém, em uma estrutura política correspondente à democracia representativa. É também realçada a polêmica com Proudhon (e a posterior ruptura com este autor), especialmente no que diz respeito ao caráter moral do movimento revolucionário, assim como em relação ao alcance teórico da noção de propriedade privada, comum aos dois autores, mas vista a partir de um ângulo distinto.

Por último, mas nem por isso menos importante, cabe indicar que nesta parte, o autor detalha ainda a polêmica de organização da Primeira Internacional Socialista, bem como o modo a partir do qual Marx procurou anular os argumentos de seus opositores e fazer valer sua visão de sociedade e organização do movimento operário internacional.

A contextualização histórica realizada por este autor, em especial abordando as revoluções ocorridas na Europa do Século 19, trazem importantes subsídios para o entendimento da Doutrina Marxista da Sociedade, bem como, de seus desdobramentos e apropriações, suas influências teóricas (como a relação estreita com o pensamento de Comte e o Evolucionismo de Darwin).

Na parte III o autor procura resgatar algumas das principais contribuições da Doutrina Marxista para o Pensamento Político, para as Ciências Sociais, para a Filosofia e para a Cultura, de modo geral.

No tocante ao Pensamento Político que "descende" de Marx, situa as premissas políticas que deram origem às diversas revoluções socialistas ocorridas no século 20. Neste sentido, procura realizar uma análise de espectro das diversas experiências socialistas, indo desde o Maoísmo ao Castrismo, às mutações ocorridas no Estado Soviético até a Perestroyka. O autor investiga ainda as diversas experiências que deram origem ao pensamento social moderado, que foi denominado de modo genérico "Social Democracia".

Em relação aos aspectos culturais e filosóficos da "descendência marxista" apontada por Paim, o primeiro ponto de destaque consiste nos estudos de Lenin acerca da Linguística, da Literatura e Filosofia, tomadas como elementos de complementação da Doutrina Marxista do Estado e da Sociedade, e que viriam a ser fundamentais para o aprofundamento da visão de totalidade a que pretende a Doutrina Marxista, também no aspecto cultural. No tocante à história, faz uma releitura de Trotsky e seu conceito de revolução permanente, bem como da proposta revisionista (presente neste pensador político e em outros). Ainda neste espectro das descendências do Marxismo, Paim alude igualmente para as influências de Marx, no que viria a ser denominada Teoria Crítica, especialmente no que diz respeito ao pensamento de Adorno e Horkheimer acerca do aprofundamento da noção de ideologia, bem como os estudos de Herbert Marcuse e sua Teoria Crítica da Sociedade, a qual propunha inclusive modificações substantivas no escopo das classes revolucionárias (que passariam a incluir elementos discriminados e segregados pela sociedade nos sistemas prisionais). No tocante à Educação, destaca o modo como Antonio Gramsci explora a Doutrina Marxista em sua vertente cultural, vindo a reestruturar pontos centrais da Cultura como: Educação, Religião e Moral. Para tanto, de acordo com Antonio Paim, Gramsci haveria trazido

novos sentidos para a Ação Revolucionária, situando-a em uma via de conflito cultural e filosófico que deveria preceder a tomada do Estado por meio da violência. Nesse sentido, menciona a proposta da Escola Unitária e a estratégia de formação de Intelectuais Orgânicos, como meios principais do estabelecimento da revolução e da instauração do socialismo.

Para as Ciências Sociais, como um todo, a obra de Paim apresenta um importante contraponto à "doxa científica" e às análises que são pautadas unicamente no ponto de vista marxista da sociedade. Não existe dialética sem enfrentamento dos contrários e, nesse sentido, o trabalho de Paim vem a ser um importante constructo para todos aqueles que desejam elaborar suas próprias sínteses culturais, filosóficas e políticas a partir do pensamento Marxista e dos autores que lhes são contrários.

Em relação à Educação, o livro apresenta contribuições importantes para o conhecimento do pensamento revolucionário e das diversas facetas do Marxismo em diferentes encarnações. Trata-se de importante obra de referência, tanto pelo grande número de autores estudados quanto pela minuciosa análise feita pelo autor e centrada na História das Ideias. Devido a isso, todos os que precisam ampliar seus conhecimentos em termos de Sociologia para assim estudar com propriedade a Sociologia da Educação deveriam conhecer esta obra que constitui um Clássico das Ciências Sociais no Brasil.

Pablo Silva Machado Bispo dos Santos

Doutor em Educação, Professor Adjunto da Universidade Federal Fluminense, Analista Técnico do PAR/MEC/FNDE, Líder do Núcleo de Pesquisa em Instâncias de Socialização, Políticas Públicas e Movimentos Sociais - Polis/UFF.